



Concurso Público para provimento de cargos de
Promotor de Justiça de 1ª Entrância

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 004

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

P R O V A

Preambular

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 5 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**DIREITO CONSTITUCIONAL**

1. O poder constituinte decorrente é próprio das federações. Nesta matéria, no Direito Constitucional brasileiro, e segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,

- (A) as normas constantes dos §§ 3º e 4º do art. 86 da Constituição da República (imunidade à prisão cautelar e imunidade temporária à persecução penal, ambas em favor do Presidente da República) são suscetíveis de extensão aos Governadores de Estado.
- (B) as regras básicas do processo legislativo federal são de absorção compulsória pelos Estados-membros em tudo aquilo que diga respeito ao princípio fundamental de independência e harmonia dos poderes, como delineado na Constituição da República.
- (C) não se mostra harmônico com a Constituição da República preceito de Constituição estadual que prevê a escolha do Procurador-Geral do Estado apenas entre os integrantes da carreira.
- (D) Governador de Estado, ainda que respaldado pela Constituição estadual, não pode editar medidas provisórias em face da excepcionalidade desta espécie normativa deferida exclusivamente ao Presidente da República em casos de relevância e urgência.
- (E) a norma do § 4º do art. 57 da Constituição da República que, cuidando da eleição das Mesas das Casas Legislativas federais, veda a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente, é de reprodução obrigatória nas Constituições dos Estados-membros.

2. No constitucionalismo antigo, mormente o ateniense,

- (A) o mecanismo democrático utilizado para preencher as magistraturas em geral era a eleição direta.
- (B) a Grécia antiga assemelhava-se a uma federação de cidades submetidas à autoridade política de Atenas.
- (C) a *graphe paranomon* – que permitia verificar a correção da lei votada pela assembléia popular em face do Direito ancestral – é antecedente remoto do controle de constitucionalidade.
- (D) a nacionalidade, segundo proposta de Péricles, era definida em razão do local de nascimento (*ius solis*).
- (E) qualquer cidadão podia votar e ser votado na democracia ateniense, inclusive mulheres e estrangeiros com autorização de residência (metecos).

3. No constitucionalismo moderno e seus ciclos, nos séculos XVIII, XIX e XX,

- (A) na doutrina de Jean-Jacques Rousseau, a nação aparece como titular da soberania.
- (B) na doutrina de Emmanuel Joseph Sieyès, o povo surge como titular da soberania.
- (C) nenhuma das constituições da França revolucionária (ciclo constitucional havido entre 1787 e 1799) enunciou os direitos sociais ao trabalho e à educação, direitos de segunda geração que apenas são positivados a partir da Constituição mexicana de 1917.
- (D) a igualdade de condições foi o dado novo que mais impressionou Alexis de Tocqueville durante o período em que esteve nos Estados Unidos.
- (E) consta do art. 16 da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, de 1789, hoje sem vigência, que é destituída de constituição toda a sociedade em que a garantia dos direitos não esteja assegurada, nem a separação dos poderes determinada.

4. As normas constitucionais de

- (A) aplicabilidade imediata e de eficácia plena excluem qualquer espécie de regulamentação legal.
- (B) aplicabilidade imediata e de eficácia contida são plenamente eficazes até a superveniência de lei regulamentar.
- (C) eficácia limitada não impedem a recepção da legislação infraconstitucional anterior com elas incompatíveis.
- (D) eficácia limitada não ensejam o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade por omissão ou a impetração de mandado de injunção.
- (E) aplicabilidade imediata e de eficácia plena não podem ser condicionadas por outras normas constitucionais.

5. Quando o Direito brasileiro adotou o controle de constitucionalidade de matriz norte-americana, a ele não veio o *stare decisis*, porque é elemento cultural que não se transplanta com facilidade e de pronto. Porém, a partir da Constituição de 1934, diversos sucedâneos normativos ao *stare decisis* foram introduzidos. Sobre eles, pode-se afirmar que a Constituição de

- (A) 1988, a teor da Emenda Constitucional nº 3, de 1993, prevê a ação declaratória de constitucionalidade, de lei ou ato normativo federal ou estadual, com “efeito vinculante”.
- (B) 1988, a teor da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, permite súmula com efeito vinculante em relação ao Poder Judiciário, à administração pública, direta e indireta, de todas as esferas da federação, e ao Poder Legislativo.
- (C) 1934 confiou ao Congresso Nacional competência para suspender a execução, no todo ou em parte, de qualquer lei ou ato, deliberação ou regulamento, quando hajam sido declarados inconstitucionais pelo Poder Judiciário.
- (D) 1946, a teor da Emenda Constitucional nº 16, de 1965, admitiu a representação contra inconstitucionalidade de lei ou ato de natureza normativa, federal, estadual ou municipal, em face da Constituição da República.
- (E) 1967, a teor da Emenda Constitucional nº 7, de 1977, adotou a representação para interpretação de lei ou ato normativo federal ou estadual, que tinha, segundo o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, “força vinculante”.

6. De acordo com a Emenda Constitucional nº 45, de 2004,

- (A) não se presume a repercussão geral, ainda que a decisão impugnada seja contrária à súmula ou à jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal.
- (B) a decisão sobre repercussão geral não pode ser tomada em ambiente eletrônico ou virtual.
- (C) o recorrente, nos recursos dirigidos ao Supremo Tribunal Federal, deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais levantadas a fim de que o Tribunal examine a admissão do recurso, somente podendo recusá-lo pela manifestação de dois terços de seus membros.
- (D) toda decisão de inexistência de repercussão geral é irrecorrível.
- (E) para efeito da repercussão geral, será considerada a existência, ou não, de questões relevantes do ponto de vista econômico, social ou jurídico (não do ponto de vista político ou partidário), que ultrapassem os interesses subjetivos da causa.



7. Sobre as técnicas de interpretação constitucional, conforme compreendidas e aplicadas pelo Supremo Tribunal Federal,
- (A) a lei ordinária não pode inverter a interpretação da Constituição firmada pelo Supremo Tribunal Federal, porque o contrário seria dizer que o entendimento da Corte estaria sujeito ao referendo do legislador, ou seja, que o guarda da Constituição só firmaria a correta compreensão da Lei Suprema na medida da inteligência que lhe desse outro órgão constituído, o legislador ordinário, que, em verdade, está submetido ao Tribunal.
- (B) não cabe ao Supremo Tribunal Federal, mediante redução teleológica e sistemática do alcance literal do art. 102, inciso I, alínea “f”, da Constituição (“Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe ... processar e julgar, originariamente ... as causas e os conflitos entre a União e os Estados, a União e o Distrito Federal, ou entre uns e outros, inclusive as respectivas entidades da administração indireta”), excluir da sua competência as causas entre autarquias federais e Estados-membros quando as primeiras tenham sede ou estrutura regional de representação no território estadual respectivo.
- (C) a presunção de constitucionalidade da lei é elidida pelo tão-só ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade, sem pedido de liminar, visando a retirar a sua eficácia normativa.
- (D) o argumento histórico, na interpretação constitucional, reveste-se de caráter absoluto, porque revela a vontade do legislador constituinte e as circunstâncias que motivaram a elaboração de determinada norma inscrita na Constituição, inclusive permitindo ao intérprete conhecer as razões que levaram o constituinte a acolher ou a rejeitar as propostas que lhe foram submetidas.
- (E) o parágrafo único do artigo 481 do Código de Processo Civil, introduzido pela Lei nº 9.756, de 1998 (que dispensa a submissão ao plenário, ou ao órgão especial, da arguição de inconstitucionalidade, quando já houver pronunciamento destes ou do plenário do Supremo Tribunal Federal sobre a questão), adotou orientação que não poderia decorrer de construção jurisprudencial do Supremo, ainda que fundada na função outorgada à Corte de árbitro definitivo da constitucionalidade das leis.
8. Sob a Constituição de 1967, determinada matéria cível era objeto de lei ordinária e, de fato, havia lei ordinária sobre ela. Em momento ulterior, sobreveio a Constituição de 1988, que confiou à lei complementar a matéria em causa. Anos depois, sob a nova ordem constitucional, foi promulgada emenda constitucional que recolocou a matéria em questão no campo da lei ordinária. Neste contexto,
- (A) após a emenda constitucional não cabe arguição de descumprimento de preceito fundamental para discutir eventual inconstitucionalidade material superveniente da legislação anterior reportada em relação à nova Constituição.
- (B) a emenda constitucional poderia ripristinar a legislação anterior aludida se acaso ela não houvesse sido recepcionada, por questões formais em geral, pela nova Constituição.
- (C) as eventuais incongruências materiais havidas entre a nova Constituição e a legislação anterior mencionada são sanadas pela recepção.
- (D) cabe ação direta de inconstitucionalidade para discutir eventual vício formal superveniente, em face da nova Constituição, da legislação anterior citada.
- (E) após a emenda constitucional, uma medida provisória pode revogar no todo ou em parte a legislação anterior referida.
9. Os tratados internacionais sobre direitos e garantias fundamentais, dos quais a República Federativa do Brasil seja parte,
- (A) ensinam, perante o Supremo Tribunal Federal, e a juízo do Procurador-Geral da República, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.
- (B) são materialmente constitucionais, inclusive quando aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, por maioria simples dos votos dos respectivos membros, presente a maioria absoluta deles.
- (C) são equivalentes a emendas constitucionais apenas quando forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros.
- (D) admitem emendas modificativas quando da tramitação parlamentar, ainda que não exista a previsão de cláusulas de reserva deferidas ao parlamento doméstico pelo próprio ato internacional.
- (E) ensinam recurso especial quando forem contrariados ou tiverem a vigência negada por decisão de Tribunal de Justiça, Tribunal Regional Federal ou Turma Recursal de Juizado Especial.
10. O Supremo Tribunal Federal interpreta os princípios fundamentais constantes do Título I da Constituição como informadores da compreensão do sistema constitucional como um todo. Neste sentido, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,
- (A) o art. 14, § 7º, da Constituição (“São inelegíveis, no território da jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.”), compreendido em face do princípio republicano, visa obstar o monopólio do poder político por grupos hegemônicos ligados por laços familiares, o que inclui a hipótese de separação de fato – reconhecida na sentença que decretou o divórcio – em momento anterior ao início do mandato de ex-sogro.
- (B) o Supremo Tribunal Federal fica vinculado ao juízo formulado pelo Poder Executivo na concessão administrativa de asilo político. A condição de asilado político suprime, por si só, a possibilidade de o Estado brasileiro conceder a extradição que lhe haja sido requerida, inclusive quando o fato que enseja o pedido assume a qualificação de crime político ou de opinião.
- (C) ninguém é obrigado a cumprir ordem ilegal, ou a ela se submeter, ainda que emanada de autoridade judicial. É dever de cidadania opor-se à ordem ilegal; caso contrário, nega-se o Estado Democrático de Direito.
- (D) o princípio fundamental da cidadania não afasta as normas constitucionais (art. 53, §§ 2º e 3º) que conferem às Casas parlamentares a possibilidade de decidir sobre a prisão e sobre o andamento de ação penal contra parlamentar quando a maioria dos membros da respectiva Casa também responde pelo mesmo fato.
- (E) as normas legais que condicionam o número de candidatos às Câmaras Municipais ao número de representantes do respectivo partido na Câmara Federal não afrontam a igualdade caracterizadora do pluralismo político consagrado pela Constituição.



11. Considere o seguinte excerto doutrinário transcrito, expressivo do constitucionalismo da primeira metade do século XVIII:
- Eis, assim, a constituição fundamental do governo de que falamos. O corpo legislativo, sendo composto de duas partes, uma paralisará a outra por sua mútua faculdade de impedir. Todas as duas serão paralisadas pelo poder executivo, que o será, por sua vez, pelo poder legislativo. Estes três poderes deveriam formar uma pausa ou uma inação. Mas como pelo movimento necessário das coisas, eles são obrigados a caminhar, serão forçados a caminhar de acordo.*
- (MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, baron de la Brède et de. **O espírito das leis**, tradução de Fernando Henrique Cardoso e Leôncio Martins Rodrigues, Brasília: UnB, 1995, p. 122)
- Sobre este texto, é correto afirmar que
- (A) a declaração de inconstitucionalidade é a faculdade de impedir própria ao poder de julgar.
- (B) o corpo legislativo é composto de duas partes a bem das relações federativas.
- (C) a faculdade de impedir do rei (veto) pode ser superada pelas duas partes do corpo legislativo (rejeição do veto).
- (D) “estes três poderes” são o poder legislativo, o poder executivo das coisas que dependem do direito das gentes (“poder executivo”) e o poder executivo das coisas que dependem do direito civil (“poder de julgar”).
- (E) na hipótese de não haver acordo entre “estes três poderes” acerca de um dado problema, eles se paralisam reciprocamente e o problema fica sem solução.
12. Relativamente às disposições constitucionais brasileiras sobre nacionalidade e cidadania, e sua compreensão segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal,
- (A) cabe *habeas corpus* para o fim de constranger o Presidente da República a decidir sobre a extradição ou não de súdito estrangeiro, concedendo-lhe ou não clemência.
- (B) não cabe mandado de injunção quando a falta de norma regulamentadora torna inviável o exercício das prerrogativas inerentes à soberania popular.
- (C) são privativos de brasileiros natos os cargos de praça e oficial das Forças Armadas.
- (D) a Portaria de formal reconhecimento da naturalização, expedida pelo Ministro de Estado da Justiça, é de caráter meramente declaratório, em razão do que os seus efeitos retroagem à data do requerimento do interessado.
- (E) a petição de *habeas corpus* impetrada por extraditando espanhol pode ser redigida na Língua materna do paciente.
13. Relativamente ao Banco Central do Brasil e à compreensão do Supremo Tribunal Federal sobre os assuntos próprios aos poderes de fiscalização da autoridade monetária brasileira,
- (A) é constitucional lei municipal que dispõe sobre o tempo máximo de espera nas filas das agências bancárias estabelecidas no respectivo Município.
- (B) é vedado ao Banco Central do Brasil conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira. Também não pode comprar e vender títulos de emissão do Tesouro Nacional.
- (C) é inconstitucional medida provisória que equipara o cargo de natureza especial de Presidente do Banco Central do Brasil ao cargo de Ministro de Estado.
- (D) o Município não dispõe de competência, para, com apoio no poder autônomo que lhe confere a Constituição, exigir, mediante lei, a instalação de sanitários ou a colocação de bebedouros em estabelecimentos bancários.
- (E) é inconstitucional lei municipal que determina às agências bancárias a instalação de portas eletrônicas de segurança.
14. A Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei sobre determinada matéria. A matéria seguiu ao Senado Federal que aprovou substitutivo ao projeto. A seguir, a Câmara rejeitou o substitutivo do Senado. Com isso, o texto inicialmente aprovado pela Câmara seguiu à sanção presidencial. Neste contexto, conforme a Constituição de 1988 (e sua compreensão jurisprudencial),
- (A) a matéria aprovada em nível parlamentar segue à sanção ou veto do Presidente da República já sob a forma de lei.
- (B) a situação é *interna corporis*, em razão do que não cabe ação direta de inconstitucionalidade para discutir a observância ou não do princípio bicameral.
- (C) a Casa iniciadora do processo legislativo não pode fazer a sua vontade prevalecer sobre a vontade da Casa revisora, sob pena de vulneração do princípio bicameral, essencial ao Direito Constitucional brasileiro vigente.
- (D) o substitutivo nada mais é do que uma ampla emenda ao projeto inicial, em razão do que a aprovação de substitutivo pelo Senado não equivale à rejeição do projeto.
- (E) o eventual veto presidencial pode ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores, em escrutínio secreto, reunidos em sessão unicameral.
15. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios
- (A) exigir tributo com base em fato gerador presumido, ainda que a presunção se realize.
- (B) instituir isenções de tributos da competência uns dos outros, inclusive, no que se refere à União, em sede de tratados internacionais.
- (C) utilizar tributo com efeito confiscatório, efeito esse cuja identificação deve ser feita em função da totalidade da carga tributária, mediante verificação da capacidade de o contribuinte suportar a incidência de todos os tributos que ele deverá pagar, dentro de determinado período, à mesma pessoa política que os houver instituído.
- (D) instituir tributos sobre patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros.
- (E) instituir tributos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão, o que abrange outros insumos como tintas, filmes ou papéis fotográficos necessários àquelas publicações.



16. Sobre a Administração Pública brasileira, conforme configurada em nível constitucional e segundo a leitura que dela faz o Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que
- (A) a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente aos usuários do serviço, não se estendendo a pessoas outras que não ostentem a condição de usuário.
 - (B) a interpretação do vocábulo “terceiro” contido no § 6º do art. 37 da Constituição (“As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.”) indica que nele não estão abrangidos os agentes do próprio Estado.
 - (C) a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, inclusive com revisão de direitos adquiridos.
 - (D) o direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em dez anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.
 - (E) o latrocínio cometido por foragido decorrente da negligência estatal na vigilância do criminoso, a inércia das autoridades policiais diante da terceira fuga e o curto espaço de tempo que se seguiu antes do crime não são suficientes para caracterizar o nexo de causalidade entre o ato criminoso referido e a omissão do Estado.
17. De acordo com as normas constitucionais atinentes à matéria orçamentária, inclusive segundo compreendidas pela jurisprudência mais recente do Supremo Tribunal Federal,
- (A) o Ministério Público exerce iniciativa legislativa direta ao Congresso Nacional ou à respectiva Assembléia Legislativa, conforme o caso, relativamente ao seu orçamento anual, em razão da autonomia financeira a ele assegurada pela Constituição.
 - (B) compete ao Supremo Tribunal Federal verificar a imprevisibilidade ou não de um crédito orçamentário para o fim de julgar a possibilidade ou não de ele constar como crédito extraordinário em medida provisória, dado que essa espécie normativa não pode veicular nenhum outro tipo de crédito orçamentário.
 - (C) os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais são apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional em sessões bicamerais e separadas.
 - (D) o Presidente da República não pode enviar mensagem ao Congresso Nacional para propor modificação nos projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais, ainda que não tenha sido iniciada a votação, em Comissão mista, da parte cuja alteração seria pretendida.
 - (E) é constitucional a lei estadual que prevê reajuste automático de vencimentos dos servidores do Estado-membro vinculado ao incremento da arrecadação do ICMS e a índice de correção monetária.
18. No exercício do controle da Administração Pública no Direito Constitucional brasileiro,
- (A) é da competência exclusiva do Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.
 - (B) o Presidente da República, na vigência de seu mandato, pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
 - (C) a Câmara dos Deputados e o Senado Federal podem convocar Ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, vedado às Comissões parlamentares fazê-lo.
 - (D) o Tribunal de Contas da União pode assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade, mas apenas o Congresso Nacional pode sustar a execução do ato impugnado.
 - (E) as comissões parlamentares de inquérito têm poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, mas não podem solicitar – sem prévia decisão de juiz togado – a condução coercitiva de testemunha.
19. Consoante a disciplina constitucional e jurisprudencial relativa aos servidores públicos,
- (A) os servidores públicos, organizados ou não em carreira, poderão ser remunerados por subsídio.
 - (B) os conflitos advindos das contratações temporárias fundadas no art. 37, inciso IX, da Constituição são da competência da Justiça Trabalhista.
 - (C) a falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a Constituição.
 - (D) viola a Constituição Federal a nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o quarto grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas.
 - (E) a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.



20. Sobre a organização institucional do Ministério Público, é correto afirmar que
- (A) o Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios é nomeado pelo Governador do Distrito Federal dentre integrantes de lista tríplice elaborada pelo Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, precedida de nova lista tríplice.
 - (B) os Procuradores de Justiça oficiam junto ao Superior Tribunal de Justiça nas causas cíveis e criminais da competência da Justiça Estadual que tenham sido objeto de recurso ordinário ou especial àquela Corte Superior, interposto ou não pelo Ministério Público.
 - (C) não viola a Constituição da República a conversão automática, na aposentadoria, dos cargos de Procurador do Tribunal de Contas dos Municípios para os de Procurador de Justiça, vinculando-os ao Ministério Público, determinada por norma constitucional estadual.
 - (D) não abrange o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, que não dispõe de fisionomia institucional própria e – não obstante as expressivas garantias de ordem subjetiva concedidas aos seus membros – se encontra consolidado na “intimidade estrutural” da Corte de Contas.
 - (E) o Procurador-Geral do Trabalho é nomeado pelo Presidente da República, dentre integrantes da instituição, com mais de trinta e cinco anos de idade, constantes de lista tríplice escolhida mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, pelo Colégio de Procuradores, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.
21. Tendo em vista a jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal sobre os princípios institucionais do Ministério Público (unidade, indivisibilidade e independência funcional),
- (A) o princípio do promotor natural está ligado à persecução criminal, mas também alcança o inquérito policial, quando já ocorre pleito de diligências para elucidar dados relativos à prática criminosa.
 - (B) o princípio do promotor natural é violado pela designação de Promotor de Justiça Substituto para prestar auxílio ao titular da Comarca, ainda que ambos subscrevam a denúncia.
 - (C) o ato processual de oferecimento da denúncia, praticado, em foro incompetente, por um representante, prescinde, para ser válido e eficaz, de ratificação por outro do mesmo grau funcional e do mesmo Ministério Público, apenas lotado em foro diverso e competente, porque o foi em nome da instituição, que é uma e indivisível.
 - (D) a independência funcional é do Ministério Público como instituição e dos Conselhos que o integram, relativamente aos quais, portanto, a legislação não pode atribuir funções e competências, delimitando a sua esfera de atuação.
 - (E) o oferecimento da denúncia por Promotor de Justiça, indicado pelo Procurador-Geral de Justiça, após o Juízo local ter considerado improcedente o pedido de arquivamento anteriormente manifestado por outro membro do Ministério Público, afronta ao princípio do promotor natural.
22. Relativamente à carreira do Ministério Público, segundo decorre da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, compete
- (A) ao Conselho Superior do Ministério Público indicar ao Procurador-Geral de Justiça, em lista tríplice, membros da instituição enquanto candidatos a remoção ou promoção por merecimento.
 - (B) ao Colégio de Procuradores indicar o nome do mais antigo membro do Ministério Público para remoção ou promoção por antiguidade.
 - (C) ao Conselho Superior do Ministério Público julgar recurso contra decisão de vitaliciamento, ou não, de membro do Ministério Público.
 - (D) ao Colégio de Procuradores de Justiça decidir sobre o vitaliciamento de membros do Ministério Público.
 - (E) à Corregedoria-Geral do Ministério Público propor ao Colégio de Procuradores o não vitaliciamento de membro do Ministério Público.
23. De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público,
- (A) o Corregedor-Geral do Ministério Público será assessorado por Promotores de Justiça de qualquer entrância ou categoria, por ele indicados e designados pelo Procurador-Geral de Justiça.
 - (B) compete ao Corregedor-Geral do Ministério Público ajuizar ação penal contra membros da instituição, nela oficiando.
 - (C) o Corregedor-Geral do Ministério Público será eleito pelo Colégio de Procuradores, dentre todos os membros do respectivo Ministério Público, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.
 - (D) o Corregedor-Geral do Ministério Público é membro nato do Conselho Superior do Ministério Público, mas não do Colégio de Procuradores de Justiça.
 - (E) a Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, incumbindo-lhe, dentre outras atribuições, realizar inspeções nas Procuradorias de Justiça, remetendo relatório reservado ao Colégio de Procuradores de Justiça.
24. Sobre as garantias, prerrogativas, deveres, vedações, funções e atribuições dos membros do Ministério Público, e a teor da Constituição, é correto afirmar que eles
- (A) não podem exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública ou privada, salvo uma única de magistério, público ou privado.
 - (B) não podem exercer a advocacia no juízo ou tribunal em que oficiavam, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
 - (C) são vitalícios após três anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
 - (D) são inamovíveis, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa.
 - (E) têm irredutibilidade de subsídio, fixado por meio de lei da iniciativa conjunta dos Presidentes da República, do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal.



25. Sobre o exercício de funções junto à Justiça Eleitoral por parte de membros do Ministério Público, é correto afirmar que
- (A) a filiação a partido político impede o exercício de funções eleitorais por membro do Ministério Público até quatro anos do seu cancelamento.
- (B) o membro do Ministério Público é remunerado exclusivamente por subsídio fixado em parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, inclusive aquela que decorria da prestação de serviço à Justiça Eleitoral.
- (C) o Promotor Eleitoral é o membro do Ministério Público local que oficia junto ao Juízo incumbido do serviço eleitoral de cada Zona.
- (D) o Procurador-Geral Eleitoral é designado pelo Procurador-Geral da República.
- (E) o Procurador-Geral de Justiça é o Procurador Regional Eleitoral.
-
26. Sobre a legislação ambiental brasileira, constitucional e ordinária, segundo compreendida pelo Supremo Tribunal Federal (em sede cautelar ou definitiva de mérito), é compatível com a Constituição de 1988
- (A) a lei estadual que autoriza e disciplina atividades esportivas com aves das raças combatentes porque é obrigação do Estado garantir a todos o pleno exercício de direitos culturais.
- (B) o conjunto normativo federal que permite a importação de pneumáticos usados porque decorre de imperativo de comércio exterior ambientalmente sustentável.
- (C) a norma constitucional estadual que dispensa a elaboração de estudo prévio de impacto ambiental no caso de áreas de florestamento ou reflorestamento para fins empresariais porque a matéria é da competência concorrente dos entes federados.
- (D) a lei estadual que condiciona a aprovação de licenciamento ambiental à prévia autorização de Assembléia Legislativa porque não implica interferência do Poder Legislativo na atuação do Poder Executivo, mas, sim, controle daquele sobre esse.
- (E) a norma do Código Florestal que, sem prévia e justa indenização, impõe dever de recomposição, regeneração ou compensação ao proprietário ou possuidor de imóvel rural com área de floresta nativa, natural, primitiva ou regenerada ou outra vegetação nativa em extensão inferior àquela estabelecida no próprio Código.
-
27. De acordo com a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, são deveres dos membros do Ministério Público os abaixo indicados, EXCETO
- (A) indicar os fundamentos jurídicos de seus pronunciamentos processuais, dispensada a elaboração de relatório em sua manifestação final ou recursal.
- (B) acatar, no plano administrativo, as decisões dos órgãos da Administração Superior do Ministério Público.
- (C) prestar informações solicitadas pelos órgãos da instituição.
- (D) obedecer aos prazos processuais.
- (E) residir, se titular, na respectiva Comarca.
-
28. Relativamente aos direitos do idoso, é correto afirmar que
- (A) aos maiores de sessenta anos é assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.
- (B) as entidades filantrópicas (ou casa-lar) não podem cobrar participação pecuniária do idoso no custeio da entidade.
- (C) o critério etário do Estatuto do Idoso (idade igual ou superior a sessenta anos) não alterou a regra da redução dos prazos de prescrição da pretensão punitiva quando se tratar de pessoa maior de 70 (setenta) anos de idade na data da sentença condenatória.
- (D) o benefício de prestação continuada a que se refere o art. 203, V, da Constituição, não pode ser restringido aos idosos cuja respectiva família tenha renda mensal "per capita" inferior a um quarto do salário mínimo.
- (E) o benefício de prestação continuada a que se refere o art. 203, V, da Constituição, já concedido a qualquer membro da família é computado para os fins do cálculo da renda familiar *per capita*.
-
29. Conforme a legislação em vigor, sobre o Ministério Público do Estado do Ceará, é correto afirmar:
- (A) o Conselho Superior do Ministério Público, órgão fiscalizador da atuação do Ministério Público, tem como principal objetivo velar pelos seus princípios institucionais e é constituído de cinco Procuradores de Justiça, do Corregedor-Geral e de três membros de primeira instância, todos eleitos pela carreira, vedada a reeleição.
- (B) é vedado aos seus membros exercer a advocacia, exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista.
- (C) é organizado em carreira, aí incluído o cargo de Procurador-Geral de Justiça, e tem autonomia financeira, dispondo de dotação orçamentária própria.
- (D) a Procuradoria-Geral da Justiça, subordinada diretamente ao Chefe do Poder Executivo, tem sede na Capital, jurisdição em todo o Estado e mantém a chefia e os serviços administrativos do Ministério Público, sob orientação da Secretaria de Estado da Justiça.
- (E) o Colégio de Procuradores, órgão deliberativo da administração superior do Ministério Público, é integrado pelos Procuradores de Justiça com mais de dez anos de exercício e presidido pelo Procurador-Geral de Justiça.
-
30. Dispõe a legislação eleitoral brasileira:
- (A) O quociente eleitoral resulta da divisão do número de votos válidos apurados pelo de lugares a preencher em cada circunscrição eleitoral, contando-se como válidos os votos em branco.
- (B) É nula a eleição quando mais da metade dos eleitores vota "nulo".
- (C) Nas eleições presidenciais e federais, a circunscrição eleitoral é o país; nas eleições estaduais, o Estado; e nas municipais, o respectivo Município.
- (D) Nas unidades da Federação que têm o mínimo de Deputados – oito – a cláusula de barreira é 12,5% dos votos válidos.
- (E) Para distribuir os lugares não preenchidos com a aplicação dos quocientes partidários, divide-se o número de votos válidos de cada Partido ou coligação pelo número de lugares obtidos, cabendo ao Partido ou coligação que apresentar a maior média o primeiro lugar, e assim sucessivamente segundo a ordem de maiores médias.

**DIREITO PENAL**

31. No caso de concurso de crimes, a prescrição incidirá
- (A) sobre a pena de cada um, isoladamente, apenas na hipótese de prescrição da pretensão executória.
 - (B) sempre sobre o total da pena.
 - (C) sobre o total da pena, se o concurso for material, e sobre a pena de cada um, isoladamente, se formal.
 - (D) sobre a pena de cada um, isoladamente, se corresponder a crime continuado, e sobre total, se o concurso for material ou formal.
 - (E) sempre sobre a pena de cada um, isoladamente.
32. Em decorrência de garantias formalizadas ou não na Constituição Federal, o Direito Penal
- (A) é regido pelos princípios da fragmentariedade e da subsidiariedade, não se submetendo à regra de taxatividade.
 - (B) admite responsabilidade que não seja pessoal.
 - (C) não está submetido ao princípio da intervenção mínima.
 - (D) constitui instrumento de controle social regido pela característica da fragmentariedade.
 - (E) deve obedecer ao princípio da proporcionalidade da pena, sem atentar, porém, para a perspectiva da subsidiariedade.
33. Ainda que não encontre tipificação em excludente prevista em lei, a doutrina tem aceito a inexigibilidade de conduta diversa como causa supralegal de exclusão da
- (A) antijuridicidade.
 - (B) culpabilidade.
 - (C) tipicidade.
 - (D) ilicitude.
 - (E) punibilidade.
34. Nos chamados crimes monossujeitos,
- (A) o concurso de pessoas é eventual.
 - (B) o concurso de pessoas só ocorre no caso de autoria mediata.
 - (C) o concurso de pessoas é necessário.
 - (D) não há concurso de pessoas.
 - (E) há concurso de pessoas apenas na forma de participação.
35. Se o condenado for reincidente em crime doloso
- (A) só poderá obter o livramento condicional após o cumprimento de 2/3 da pena, independentemente da natureza do crime praticado.
 - (B) deverá, necessariamente, iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime fechado.
 - (C) é vedada a imposição do regime aberto.
 - (D) não cabe, em qualquer situação, a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.
 - (E) é incabível a concessão do *sursis*, ainda que a condenação anterior tenha sido à pena de multa.
36. No crime de tráfico de entorpecentes,
- (A) a quantidade e a natureza da droga podem ser consideradas para a elevação das penas.
 - (B) é incabível o *sursis*, mas possível a concessão de indulto.
 - (C) não havendo violência ou grave ameaça à pessoa, é possível a substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos.
 - (D) a pena pode ser reduzida dentro dos limites legais de 1/3 a 2/3, se o agente for primário, de bons antecedentes e não integrar organização criminosa.
 - (E) as penas devem ser aumentadas se praticado em concurso de pessoas.
37. O reconhecimento do homicídio privilegiado é incompatível com a admissão da qualificadora
- (A) do motivo fútil.
 - (B) do emprego de explosivo.
 - (C) do meio cruel.
 - (D) do emprego de veneno.
 - (E) da utilização de meio que possa resultar em perigo comum.
38. No tocante aos crimes contra o patrimônio, é possível afirmar que
- (A) é admissível o arrependimento posterior no crime de extorsão.
 - (B) não haverá receptação se inimputável o autor do crime de que proveio a coisa.
 - (C) a pena privativa de liberdade por roubo simples pode ser substituída por restritiva de direitos.
 - (D) a pena de reclusão, no crime de apropriação indébita, pode ser substituída pela de detenção ou reduzida de um a dois terços, se o agente é primário e a coisa apropriada for de pequeno valor.
 - (E) o dano culposos admite a suspensão condicional do processo.
39. O crime de estupro
- (A) admite a tentativa, mas não a desistência voluntária.
 - (B) só se consuma com a cópula vagínica completa.
 - (C) admite participação de mulher.
 - (D) com violência presumida pela menoridade admite o reconhecimento da agravante de o delito ser cometido contra criança.
 - (E) sempre absorve, pela regra da consunção, o de atentado violento ao pudor.
40. NÃO constitui crime contra a administração da justiça:
- (A) favorecimento real.
 - (B) patrocínio infiel.
 - (C) denúncia caluniosa.
 - (D) exploração de prestígio.
 - (E) desobediência.
41. O crime de uso de documento falso
- (A) é de ação penal pública condicionada.
 - (B) admite a suspensão condicional do processo se a falsificação for de documento particular.
 - (C) admite tentativa, pois não se trata de crime instantâneo.
 - (D) ocorre mesmo quando o agente é forçado pela autoridade a exibir o documento, segundo pacífico entendimento jurisprudencial.
 - (E) permite a transação na modalidade culposa.



42. O autor de crime envolvendo licitação, quando servidor público, está sujeito à perda

- (A) do cargo, mas não da função, ainda que se trate de delito tentado.
- (B) do cargo, da função ou do emprego, ainda que se trate de delito tentado.
- (C) do cargo apenas se o delito alcançar a consumação.
- (D) da função, mas não do mandato eletivo, ainda que se trate de delito tentado.
- (E) do emprego no caso exclusivo de o delito atingir a consumação.

43. No que concerne à remição, correto afirmar que

- (A) cabível apenas para o caso de trabalho do sentenciado, inexistindo decisões que o estendam para o estudo.
- (B) admissível para o sentenciado que cumpra pena em regime aberto, semi-aberto ou fechado.
- (C) também pode obtê-la o condenado que trabalhar durante o livramento condicional.
- (D) deve ser declarada por sentença, dispensada a oitiva do Ministério Público.
- (E) o tempo remido será computado para a concessão de indulto.

44. Nos crimes de trânsito,

- (A) a multa reparatória não será descontada de eventual indenização civil do dano.
- (B) cabível a transação penal, se a infração for de menor potencial ofensivo.
- (C) a penalidade de suspensão da habilitação deve, necessariamente, durar o mesmo período da pena privativa de liberdade.
- (D) não há necessidade de representação do ofendido para apuração do delito de lesão corporal culposa.
- (E) não constitui circunstância agravante o fato de o condutor do veículo haver cometido a infração sobre a faixa de trânsito destinada a pedestres.

45. A pena de multa nos crimes ambientais poderá ser aumentada até

- (A) quatro vezes, ainda que aplicada no valor máximo, em virtude da situação econômica do réu.
- (B) cinco vezes, ainda que aplicada no valor máximo, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida.
- (C) três vezes, ainda que aplicada no valor máximo, tendo em vista o valor da vantagem econômica auferida.
- (D) três vezes, se não aplicada no valor máximo, em virtude da situação econômica do réu.
- (E) cinco vezes, ainda que aplicada no valor máximo, em virtude da situação econômica do réu.

46. Nos Juizados Especiais Criminais, o acordo civil, devidamente homologado, conduz

- (A) ao perdão do ofendido.
- (B) à prescrição.
- (C) à decadência.
- (D) à renúncia ao direito de queixa ou de representação.
- (E) à perempção.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

47. Com relação às regras de provas do Código de Processo Penal, pode-se afirmar:

- (A) adotou a teoria “dos frutos da árvore envenenada” e a teoria da “fonte independente”.
- (B) na inquirição das testemunhas as perguntas das partes serão feitas por intermédio do juiz.
- (C) se a infração deixar vestígios, a falta de exame de corpo de delito poderá ser suprida pela confissão do acusado.
- (D) a busca domiciliar, por ser medida de natureza cautelar, só se justifica quando fundadas razões a autorizarem e, se realizada para prender pessoas condenadas, poderá ser feita em qualquer momento.
- (E) o juiz poderá ordenar, somente quando iniciada a ação penal, a produção antecipada de provas urgentes e relevantes.

48. Se o ofendido requerer a instauração de inquérito policial, em crime de ação penal

- (A) privada e a autoridade policial indeferir o requerimento, não caberá recurso algum no âmbito administrativo, podendo o ofendido todavia dirigir outro requerimento ao juiz de direito.
- (B) popular, a autoridade policial deverá exigir prova de que o requerente é cidadão.
- (C) pública incondicionada, a autoridade policial, necessariamente, deverá instaurar o inquérito policial, em virtude do princípio da oficialidade.
- (D) pública incondicionada que configura infração de menor potencial ofensivo, a autoridade policial poderá, por critério discricionário, instaurar inquérito policial ou elaborar termo circunstanciado.
- (E) pública condicionada, manifestando interesse em que o autor do crime seja processado, o requerimento poderá valer como representação.

49. As Comissões Parlamentares de Inquérito, conforme orientação do Supremo Tribunal Federal, têm poderes para

- (A) a quebra de sigilo bancário e ouvir testemunhas sobre fatos passíveis de incriminá-las, ainda que não desejem prestar declarações.
- (B) a quebra de sigilo telefônico e ouvir testemunhas sobre fatos passíveis de incriminá-las, ainda que não desejem prestar declarações.
- (C) a quebra de sigilo bancário e de sigilo telefônico.
- (D) a quebra de sigilo telefônico e determinar interceptação telefônica.
- (E) a quebra de sigilo bancário e determinar interceptação ambiental ou telemática.



50. De acordo com as disposições da Lei de Execução Penal,
- (A) o procedimento judicial iniciar-se-á de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do interessado, de quem o representante, de seu cônjuge, parente ou descendente, mediante proposta do Conselho Penitenciário, ou ainda, da autoridade administrativa.
 - (B) contra as decisões proferidas na fase de execução, será cabível o recurso de agravo, com efeito suspensivo.
 - (C) o regime disciplinar diferenciado poderá ser determinado pela autoridade policial, quando se tratar de condenado pertencente à organização criminosa.
 - (D) os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semi-aberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, por razões humanitárias, prevendo a Lei que tal permissão deverá ser concedida pelo juiz da execução penal.
 - (E) são requisitos para a obtenção da saída temporária: comportamento adequado do preso, cumprimento mínimo de um quinto da pena, se o condenado for primário, e um terço, se reincidente; compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.
51. Em relação ao sistema de nulidades no processo penal, pode-se afirmar que a
- (A) falha na procuração para apresentação de queixa não poderá ser suprida.
 - (B) falta de defesa constitui nulidade absoluta, mas a sua deficiência só anulará o processo se houver prova de prejuízo para o réu.
 - (C) falta do exame de corpo de delito direto nos crimes que deixam vestígios causará nulidade absoluta, não se admitindo suprimento por qualquer outro meio de prova.
 - (D) declaração de nulidade por vício na inquirição de uma testemunha sempre causará a dos atos de inquirição posteriores de outras testemunhas.
 - (E) realização de citação por hora certa causará nulidade do processo, por não ser admitida.
52. Com o novo procedimento do júri,
- (A) na elaboração do questionário, o juiz presidente levará em conta tão-somente os termos da pronúncia ou das decisões posteriores que julgaram admissível a acusação e as alegações das partes.
 - (B) foram suprimidos o libelo-crime acusatório e o protesto por novo júri, não havendo alteração quanto aos recursos cabíveis contra as decisões de pronúncia, absolvição sumária, impronúncia e desclassificação.
 - (C) o desaforamento agora poderá ser determinado em razão do comprovado excesso de serviço se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 1 (um) ano, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.
 - (D) o acusado poderá requerer ao Tribunal que determine a imediata realização do julgamento, desde que não haja excesso de serviço ou existência de processos aguardando julgamento em quantidade que ultrapasse a possibilidade de apreciação pelo Tribunal do Júri, nas reuniões periódicas previstas para o exercício.
 - (E) o Tribunal do Júri é composto por 1 (um) juiz togado, seu presidente e por 21 (vinte e um) jurados.
53. Em matéria de prisão processual, o Código de Processo Penal e leis extravagantes dispõem que
- (A) a prisão em flagrante pode ser relaxada pela autoridade policial em casos de infrações punidas com detenção ou prisão simples.
 - (B) a prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por clamor social, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indícios suficientes de autoria.
 - (C) o prazo da prisão temporária, em qualquer caso, é de trinta dias, prorrogável por igual período, na hipótese de extrema e comprovada necessidade.
 - (D) a prisão temporária será decretada pelo juiz, em face da representação da autoridade policial ou de requerimento do Ministério Público.
 - (E) a prisão preventiva é obrigatória nos crimes hediondos e nos praticados por organização criminosa.
54. Quanto à eficácia temporal, a lei processual penal
- (A) aplica-se somente aos fatos criminosos ocorridos após a sua vigência.
 - (B) vigora desde logo, tendo sempre efeito retroativo.
 - (C) tem aplicação imediata, sem prejuízo da validade dos atos já realizados.
 - (D) tem aplicação imediata nos processos ainda não instruídos.
 - (E) não terá aplicação imediata, salvo se para beneficiar o acusado.
55. Levando-se em conta o sistema de recursos e de ações impugnativas do Código de Processo Penal, pode-se dizer que
- (A) dar-se-á carta testemunhável da decisão que denegar o recurso ou obstar o seu seguimento, bem como de atos que implicarem na inversão tumultuária do processo.
 - (B) caberá recurso em sentido estrito contra a decisão que receber a denúncia ou queixa.
 - (C) não poderá o acusado apelar sem recolher-se à prisão, ou prestar fiança, salvo se for primário e de bons antecedentes, assim reconhecido na sentença condenatória, ou condenado por crime de que se livre solto.
 - (D) poderão ser opostos embargos de declaração contra acórdãos proferidos pelos Tribunais de Apelação, câmaras ou turmas, no prazo de cinco dias contados da sua publicação.
 - (E) poderá ser pedida a revisão criminal, no caso de morte do réu, pelo cônjuge, ascendente, descendente ou irmão, em qualquer tempo, antes da extinção da pena ou após.



<p>56. Contra a decisão do juiz que não admitir o assistente de acusação</p> <p>(A) não caberá recurso, nem será admissível <i>habeas corpus</i> ou mandado de segurança.</p> <p>(B) caberá recurso em sentido estrito.</p> <p>(C) caberá agravo, observado o procedimento do Código de Processo Civil.</p> <p>(D) não caberá recurso, mas será cabível mandado de segurança.</p> <p>(E) caberá apelação.</p>	<p>60. Se o réu for condenado em processo de júri por dois crimes conexos, em um à pena de 21 (vinte e um) anos e em outro à pena de 18 (dezoito) anos, num total de 39 (trinta e nove) anos e interpuser apelação única em relação aos dois crimes, o juiz deve</p> <p>(A) admitir como protesto por novo júri o recurso em relação aos dois crimes, em virtude do total das penas e do princípio da fungibilidade.</p> <p>(B) receber a apelação em relação aos dois crimes como interposta.</p> <p>(C) não receber a apelação e não admitir o recurso como protesto por novo júri, porque houve erro grosseiro.</p> <p>(D) admitir como protesto por novo júri a apelação em relação ao primeiro crime em virtude do princípio da fungibilidade, e receber a apelação no tocante ao segundo.</p> <p>(E) não admitir recurso em relação ao primeiro porque cabia protesto por novo júri, havendo erro grosseiro, recebendo a apelação apenas quanto ao segundo.</p>
<p>57. Assinale a alternativa que NÃO corresponde a súmula do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(A) O efeito devolutivo da apelação contra decisões do Júri é adstrito aos fundamentos da interposição.</p> <p>(B) Intimada a defesa da expedição da carta precatória, torna-se desnecessária intimação da data da audiência no juízo deprecado.</p> <p>(C) Compete ao foro do local da emissão julgar o crime de estelionato mediante emissão de cheque sem fundos.</p> <p>(D) Compete ao juízo do local da obtenção da vantagem ilícita processar e julgar crime de estelionato cometido mediante falsificação de cheque.</p> <p>(E) É concorrente a legitimidade do ofendido, mediante queixa e do Ministério Público, condicionada à representação do ofendido, para a ação penal por crime contra a honra de servidor público em razão do exercício de suas funções.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO CIVIL</p> <p>61. A elaboração de texto legal deve observar regras técnicas estabelecidas na Lei Complementar nº 95, de 26/02/1998, entre as quais a indicação de sua vigência, “de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula ‘entra em vigor na data de sua publicação’ para as leis de pequena repercussão”,</p> <p>(A) contudo, nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia sempre 90 (noventa) dias depois de oficialmente publicada.</p> <p>(B) por isto não mais vigoram as disposições da Lei de Introdução ao Código Civil, a respeito da <i>vacatio legis</i>.</p> <p>(C) entretanto, salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país 45 (quarenta e cinco) dias depois de oficialmente publicada.</p> <p>(D) logo, ao Juiz caberá estabelecer o momento em que a lei entrará em vigor, caso não estabelecido prazo razoável de <i>vacatio legis</i>.</p> <p>(E) por este motivo, são inconstitucionais as leis ordinárias que não estabelecem prazo de <i>vacatio</i> ou não determinem a entrada em vigor na data de sua publicação.</p>
<p>58. Avaliando inquérito policial instaurado para apurar eventual crime de roubo cometido por João, o promotor de justiça decide por requerer o arquivamento, sendo o pedido homologado pelo juiz. Menos de seis meses depois, o ofendido oferece queixa-crime. O juiz deverá</p> <p>(A) receber a queixa, pois em caso de arquivamento de inquérito é possível ser reaberto com novas provas.</p> <p>(B) receber a queixa, porque ainda não houve decadência.</p> <p>(C) rejeitar a queixa, porque o crime de roubo é de ação penal pública e nunca ensejaria queixa subsidiária.</p> <p>(D) receber a queixa, porque se trata de hipótese de ação penal privada subsidiária da pública e foi ajuizada no prazo legal.</p> <p>(E) rejeitar a queixa, com o fundamento de que a queixa subsidiária somente é cabível em caso de inércia do promotor, não quando este pede o arquivamento.</p>	<p>62. Considere as seguintes afirmações a respeito da prescrição e decadência, reguladas pelo Código Civil:</p> <p>I. Pode o Juiz, de ofício, reconhecer a ocorrência da prescrição e da decadência legal ou convencional.</p> <p>II. Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não correrá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva, embora a responsabilidade civil seja independente da criminal.</p> <p>III. Salvo se se tratar de obrigações ou direitos indivisíveis, a interrupção da prescrição por um dos credores solidários, não aproveita aos outros, assim como a interrupção efetivada contra o devedor solidário não envolve os demais ou seus herdeiros.</p> <p>IV. Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, só aproveitam os outros se a obrigação for indivisível.</p> <p>V. Não corre o prazo prescricional, nem o prazo decadencial contra os absolutamente incapazes.</p> <p>Estão corretas as afirmações</p> <p>(A) III, IV e V.</p> <p>(B) II, IV e V.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) I, III e V.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>
<p>59. Contra a decisão que pronunciar e impronunciar o acusado</p> <p>(A) caberão, respectivamente, apelação e agravo.</p> <p>(B) caberão, respectivamente, recurso em sentido estrito e apelação.</p> <p>(C) caberá recurso em sentido estrito, nos dois casos.</p> <p>(D) caberão, respectivamente, apelação e recurso em sentido estrito.</p> <p>(E) caberá apelação, nos dois casos.</p>	



63. A ação de separação judicial pode ser proposta por qualquer dos cônjuges, imputando ao outro ato que caracterize grave violação dos deveres do casamento
- (A) desde que sejam casados por mais de um ano e a vida em comum se torne insuportável.
 - (B) desde que um dos cônjuges tenha abandonado o lar conjugal por período superior a trinta (30) dias.
 - (C) independentemente da insuportabilidade da vida em comum, desde que verificada uma das causas do rol exemplificativo constante da lei.
 - (D) e torne insuportável a vida em comum, fornecendo a lei rol exemplificativo de condutas autorizantes do pedido.
 - (E) e torne insuportável a vida em comum, sendo, porém, taxativo o rol que a lei oferece de condutas autorizantes do pedido.
64. José e Maria, ambos com cinqüenta (50) anos de idade, casaram-se em 20 de dezembro de 2003, sem que fosse celebrado pacto antenupcial. Naquela época, o varão possuía em seu patrimônio um imóvel situado na rua X. Um ano após o casamento, José adquiriu outro imóvel, situado na rua Y, por escritura de venda e compra que em seguida foi registrada; Maria ganhou R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em sorteio da loteria e recebeu, por herança de seu pai, um imóvel situado na Rua K, e José recebeu, por herança de sua mãe, um imóvel na rua W. Pertencem a ambos os cônjuges
- (A) todos os bens referidos.
 - (B) o imóvel situado na rua Y e o dinheiro obtido em sorteio.
 - (C) os imóveis situados nas ruas Y, K e W.
 - (D) os imóveis situados nas ruas X e Y e o dinheiro obtido em sorteio.
 - (E) o dinheiro obtido em sorteio e os imóveis situados nas ruas K e W.
65. A alteração de estatuto de uma fundação depende de que a reforma seja deliberada
- (A) por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação, mas se a alteração não houver sido aprovada por votação unânime, os administradores da fundação, ao submeterem o estatuto ao órgão do Ministério Público, requererão que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em dez dias.
 - (B) pela maioria absoluta dos competentes para gerir e representar a fundação e de que seja aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, caso este a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.
 - (C) pela unanimidade dos competentes para gerir e representar a fundação, dependendo porém sua eficácia de aprovação pelo órgão do Ministério Público.
 - (D) por três quartos dos competentes para gerir e representar a fundação, mas somente se a deliberação não for unânime deverá ser aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, caso este a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.
 - (E) pela unanimidade dos competentes para gerir e representar a fundação, se a alteração contrariar o fim desta.
66. Na sucessão legítima o direito de representação dá-se
- (A) na linha reta descendente e, na transversal, em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrerem.
 - (B) apenas na linha reta ascendente.
 - (C) na linha reta descendente e ascendente, mas nunca na transversal.
 - (D) na linha reta ascendente e, na transversal, somente em favor dos filhos de irmãos do falecido, quando com irmãos deste concorrerem.
 - (E) apenas na linha reta descendente.
67. Sobre a usucapião pode-se afirmar:
- I. É forma originária de aquisição da propriedade, que se obtém mediante sentença judicial de natureza constitutiva.
 - II. O possuidor pode, a fim de atingir o tempo necessário para a aquisição da propriedade pela usucapião extraordinária, contar os períodos de posse dos seus antecessores desde que todos sejam contínuos e pacíficos.
 - III. A usucapião pode ter por objeto coisas móveis, coisas imóveis e servidões aparentes.
 - IV. O imóvel de propriedade de pessoas relativamente incapazes não pode ser adquirido por terceiro que esteja na sua posse, ainda que preenchidos os requisitos legais para a usucapião.
 - V. Não será reconhecido mais de uma vez ao mesmo possuidor o direito de adquirir imóvel rural pela usucapião pro-labore, em que o prazo exigido para a aquisição é de cinco (05) anos.
- Estão corretas as afirmações
- (A) III, IV e V.
 - (B) II, IV e V.
 - (C) II, III e V.
 - (D) I, III e V.
 - (E) I, II e III.
68. A remissão pode ser concedida ao adolescente
- (A) pelo representante do Ministério Público e pelo Juiz, somente depois de iniciado o processo para a apuração de ato infracional e implicará necessariamente o reconhecimento da responsabilidade para efeito de antecedentes.
 - (B) somente pelo Juiz e importará a exclusão do processo para a apuração de ato infracional.
 - (C) pelo representante do Ministério Público, antes de iniciado o processo judicial para apuração de ato infracional, como forma de exclusão do processo.
 - (D) pelo representante do Ministério Público e pelo Juiz, antes ou depois de iniciado o processo judicial para apuração de ato infracional e importará apenas a suspensão do processo.
 - (E) somente pelo representante do Ministério Público depois de iniciado o processo judicial para apuração de ato infracional e implicará a extinção do processo.



69. Sobre o nome civil da pessoa natural é correto afirmar que
- (A) os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores, salvo por requerimento expresso de ambos os genitores perante duas testemunhas ou mediante autorização judicial, ouvido o representante do Ministério Público.
 - (B) o prenome é imutável, somente sendo admissível a sua substituição por apelidos públicos notórios.
 - (C) será admitida a substituição do prenome em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação, em sentença, de Juiz competente, ouvido o Ministério Público.
 - (D) até dois anos após ter atingido a maioridade civil, poderá o interessado, independentemente de motivação, e após a audiência do Ministério Público, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração, que será publicada pela imprensa.
 - (E) poderá ser averbado no registro civil o nome abreviado usado como firma comercial, mas não em outra atividade profissional.

70. Passam a integrar o domínio do Município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos ou outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo do loteamento,
- (A) desde a data do registro do loteamento.
 - (B) desde o registro da escritura de venda dessas áreas, que o loteador necessariamente fará ao Município, incumbindo a este a avaliação.
 - (C) com o decreto expropriatório dessas áreas.
 - (D) com o pagamento de indenização devida ao loteador pela desapropriação das áreas referidas.
 - (E) desde o registro da escritura de doação dessas áreas, que o loteador deve fazer ao Município.

71. Na responsabilidade civil, a indenização mede-se pela extensão do dano, respondendo por ela o seu autor,
- (A) independentemente de culpa, bastando a comprovação do prejuízo e do nexo causal, salvo quando a lei expressamente se referir a conduta culposa ou dolosa como elemento essencial da responsabilidade.
 - (B) mas, se ele for incapaz, a indenização será equitativa e não terá lugar se vier, a ele ou às pessoas que dele dependem, privar do necessário.
 - (C) e o valor não poderá ser reduzido, ainda que a culpa do autor do dano seja leve.
 - (D) não tendo nenhuma influência na fixação da indenização a concorrência da vítima, se esta agiu apenas culposa e não dolosamente.
 - (E) e conjuntamente os curadores, tutores, pais e empregadores, se tiverem agido culposamente na vigilância dos curatelados, tutelados, filhos ou empregados.

72. Nas obrigações de não fazer
- (A) a mora ocorrerá pelo simples descumprimento da obrigação, ainda que não haja fato ou omissão imputável ao devedor.
 - (B) não poderá o credor exigir que o devedor desfaça o ato, ainda que isto seja materialmente possível.
 - (C) se descumprida, somente é possível a condenação do réu a abster-se do ato, sob pena de multa diária.
 - (D) o devedor ficará isento de qualquer consequência de ordem pecuniária, se o credor não provar o prejuízo.
 - (E) se descumprida, em caso de urgência poderá o credor desfazer ou mandar desfazer, independentemente de autorização judicial, sem prejuízo do ressarcimento devido.

73. A publicidade que se aproveita das deficiências de julgamento e experiência da criança é considerada
- (A) lícita, nos casos em que se possa presumir a permissão dos pais ou responsáveis para que a criança a ela tenha acesso.
 - (B) enganosa e, por isto, proibida.
 - (C) abusiva e, por isto, proibida.
 - (D) abusiva, se for capaz de induzir também o adulto em erro a respeito das características ou qualidades do produto.
 - (E) enganosa, se induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial à sua saúde ou à sua segurança.

74. A inscrição de inadimplentes pode ser mantida nos serviços de proteção ao crédito
- (A) por, no máximo, três anos, salvo se maior o prazo de prescrição relativo à cobrança do débito, o qual prevalecerá sobre o triênio.
 - (B) até que o débito que lhe deu origem seja integralmente pago.
 - (C) por, no máximo, dez anos e, consumada a prescrição relativa à cobrança do débito do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.
 - (D) pelo prazo, qualquer que seja ele, da prescrição relativa à cobrança do débito.
 - (E) por, no máximo, cinco anos e, consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

75. No procedimento comum ordinário, sobre a ordem em que as provas serão produzidas em audiência, aplica-se a seguinte regra:
- (A) o juiz tomará os depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu, serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo réu e pelo autor, finalmente o perito e os assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimentos.
 - (B) o perito e os assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimentos, o juiz tomará os depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu, finalmente serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.
 - (C) o juiz tomará os depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu, serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu, finalmente o perito e os assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimentos.
 - (D) o juiz tomará os depoimentos pessoais, primeiro do autor e depois do réu; o perito e os assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimentos, finalmente serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo autor e pelo réu.
 - (E) o juiz tomará os depoimentos pessoais, primeiro do réu e depois do autor; o perito e os assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimentos, finalmente serão inquiridas as testemunhas arroladas pelo réu e pelo autor.



Instruções: Nas questões de números 76 a 78 são apresentadas cinco assertivas referentes a um assunto. Para responder a cada uma das questões use a seguinte chave:

- (A) Somente III, IV e V estão corretas.
- (B) Somente II, IV e V estão corretas.
- (C) Somente III e IV estão corretas.
- (D) Somente I e II estão corretas.
- (E) I, II, III, IV e V estão corretas.

76. Ação de improbidade administrativa.

- I. No caso de a ação de improbidade ser proposta pelo Ministério Público, a pessoa jurídica de direito público, cujo ato seja objeto de impugnação, poderá atuar ao lado do autor.
- II. Tem legitimidade para propor a ação de improbidade a pessoa jurídica de direito público, cujo ato seja objeto de impugnação.
- III. Não caberá recurso da decisão que receber a petição inicial.
- IV. Recebida a petição inicial, não pode o juiz extinguir o processo sem a resolução do mérito.
- V. A propositura de ação de improbidade administrativa não prevenirá a jurisdição do juízo.

77. Ministério Público no Processo Civil.

- I. O Ministério Público deve representar judicialmente as entidades públicas, quando não constituam advogados para defender-se.
- II. O Ministério Público não pode requerer a nomeação de curador especial para os menores.
- III. Cabe ao Ministério Público promover representação para fins de intervenção do Estado em Municípios, nos casos previstos na Constituição do Estado do Ceará.
- IV. Os membros do Ministério Público não prestam depoimento pessoal quando o Ministério Público atua como parte.
- V. O Ministério Público não detém legitimidade para o requerimento de interdição em caso de doença mental grave ou anomalia psíquica, concorrentemente ou não, com a dos parentes, do cônjuge e do tutor do interditando.

78. Reclamação.

- I. A reclamação pode ser prevista na Constituição do Estado, para a correção de decisões contrárias à súmula vinculante.
- II. A reclamação para garantir a autoridade da decisão do STF será dirigida ao Presidente do Tribunal de Justiça.
- III. Qualquer interessado poderá impugnar o pedido do reclamante.
- IV. É ônus, do reclamante, instruir a reclamação com prova documental.
- V. É lícito ao relator conceder a suspensão do ato impugnado.

79. No Estado do Ceará, a competência para processar e julgar mandado de segurança impetrado contra ato do Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios é

- (A) do Supremo Tribunal Federal.
- (B) das Varas Cíveis da Capital do Estado.
- (C) das Varas da Fazenda Pública da Capital do Estado.
- (D) do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.
- (E) do Superior Tribunal de Justiça.

80. Em ação reivindicatória, o réu, em defesa, argüiu a usucapião especial de terras rurais, denominada usucapião *pro labore*, e pleiteou, ainda na contestação, o reconhecimento do domínio. Neste caso, a intervenção do Ministério Público

- (A) não é obrigatória, porque a sentença em relação ao pedido de usucapião não fará coisa julgada material.
- (B) não é obrigatória por tratar-se de usucapião argüida em defesa.
- (C) é obrigatória, porque é inegável o interesse público.
- (D) não é obrigatória, em razão da ausência de interesse público.
- (E) é obrigatória, porque se o pedido do autor for improcedente a alegação de usucapião servirá como fundamentação da sentença.

81. Publicado o acórdão do Superior Tribunal de Justiça que julga em definitivo recurso especial repetitivo, escolhido dentre aqueles que tratam de idêntica questão de direito,

- (A) os agravos de instrumento serão julgados pelo Presidente do STJ, se ainda não distribuídos.
- (B) os recursos especiais deverão ser encaminhados ao STJ, independentemente do resultado do acórdão recorrido coincidir ou não com a orientação do STJ.
- (C) na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do STJ, não poderá o tribunal examinar a admissibilidade do recurso especial, que será remetido ao STJ.
- (D) o Presidente do STJ não terá competência para julgar os recursos especiais encaminhados após a referida publicação e ainda não distribuídos.
- (E) os recursos sobrestados serão novamente examinados pelo tribunal de origem na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do STJ.

82. O membro do Ministério Público estará sujeito à argüição de suspeição, no processo contencioso, quando, sendo parte principal,

- (A) for interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.
- (B) receber dádivas depois de iniciado o processo.
- (C) nele estiver postulando, como advogado da parte, qualquer parente seu, consanguíneo ou afim, em linha reta.
- (D) for parente, consanguíneo ou afim, da parte contrária, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau.
- (E) for parente, consanguíneo ou afim, da parte contrária, em linha reta ou, na colateral, até o quarto grau.



83. A sentença que concluir pela procedência de ação popular, em que o Município figura, juntamente com o prefeito, como réus,
- (A) não está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório.
 - (B) está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.
 - (C) pode ser recorrida pelo Ministério Público.
 - (D) está sujeita a recurso de apelação, sem efeito suspensivo.
 - (E) está sujeita a agravo de instrumento, com efeito suspensivo.
84. É defesa a sentença ilíquida nos processos sob procedimento comum sumário, cumprindo ao juiz, se for o caso, fixar de plano, a seu prudente critério, o valor devido, nas causas de
- (A) ressarcimento por danos em prédio urbano.
 - (B) cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo.
 - (C) cobrança ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio.
 - (D) cobrança de honorários de profissionais liberais.
 - (E) ressarcimento por danos em prédio rústico.
85. Compete ao Ministério Público, no processo civil, na defesa do idoso,
- (A) impedir a atuação de terceiros, ainda que legitimados para as ações cíveis previstas no Estatuto do Idoso, sempre que o Estatuto do Idoso conferir legitimidade ao Ministério Público nas mesmas ações.
 - (B) atuar como assistente simples do idoso em situação de risco, por abuso da família, curador ou entidade de atendimento.
 - (C) promover a revogação de instrumento procuratório do idoso, sempre que os direitos reconhecidos no Estatuto do Idoso forem ameaçados em razão de sua condição pessoal e o interesse público justificar.
 - (D) homologar transações envolvendo interesses e direitos dos idosos previstos no Estatuto do Idoso.
 - (E) atuar obrigatoriamente, nos processos em que não for parte, na defesa dos direitos de que cuida o Estatuto do Idoso, hipótese em que terá vista dos autos antes das partes, podendo juntar documentos e requerer diligências.
86. Se um bem de empresa pública federal, que não é parte no processo, for apreendido, por determinação judicial, em ação de divisão que tramita perante a Justiça Estadual,
- (A) é possível a oposição de embargos de terceiro pela empresa pública federal, na Justiça Estadual, que tem competência funcional para processar e julgar os embargos de terceiro.
 - (B) não é possível a oposição de embargos de terceiro pela empresa pública federal, em razão da incompetência absoluta da Justiça Estadual.
 - (C) é possível a oposição de embargos de terceiro pela empresa pública federal mas a competência desloca-se para a Justiça Federal, que processará e julgará as duas ações.
 - (D) os embargos de terceiro opostos pela empresa pública federal serão processados e julgados pela Justiça Federal, devendo ser sobrestada na Justiça Estadual a ação onde foi feita a constrição.
 - (E) a competência é material da Justiça Estadual, portanto, absoluta para o julgamento dos embargos de terceiro opostos pela empresa pública federal, devendo ser sobrestada a ação onde foi realizada a constrição.
87. "A", servidor público do Estado, praticou ilícito penal, causando prejuízo ao erário. A Administração promoveu a respectiva ação de ressarcimento quando o prazo de prescrição, estabelecido em lei para o ilícito penal, havia decorrido sem o exercício da pretensão penal contra ele. Em contestação, o servidor alegou a prescrição do direito ao ressarcimento e pediu a extinção do processo com resolução do mérito. Neste caso,
- (A) o prazo da ação de ressarcimento de ato ilícito que cause prejuízo ao erário é de decadência e corre juntamente com o de prescrição do ato ilícito, podendo ser declarada de ofício.
 - (B) a ação de ressarcimento não está prescrita.
 - (C) a ação de ressarcimento está prescrita, porque o prazo de prescrição para o ilícito praticado já decorreu, mas a prescrição não pode ser declarada de ofício.
 - (D) a ação de ressarcimento está prescrita, porque o prazo de prescrição para o ilícito praticado já decorreu e a prescrição da ação pode ser declarada de ofício.
 - (E) a ação de ressarcimento somente fica sujeita à decadência que não foi alegada nem pode ser decretada de ofício.
88. Em execução de título extrajudicial, o cônjuge do executado poderá
- (A) remir o bem penhorado, em qualquer prazo, desde que deposite o preço, juntamente com as despesas havidas na avaliação do bem.
 - (B) remir o bem penhorado, exercendo este direito no prazo de vinte e quatro horas, respeitando a preferência do ascendente e do descendente.
 - (C) adjudicar o bem penhorado, mas no caso de igualdade de oferta em procedimento de licitação judicial não terá preferência em relação ao descendente e ao ascendente.
 - (D) remir o bem penhorado, exercendo este direito no prazo de cinco dias, em igualdade de preferência com o ascendente e com o descendente.
 - (E) adjudicar o bem penhorado, e no caso de igualdade de oferta em procedimento de licitação judicial, terá preferência em relação ao descendente e ao ascendente.



89. Em ação acidentária, o segurado, assistido por advogado, celebrou transação com o INSS, fixando o valor do benefício mensal a ser recebido pelo segurado. A transação foi homologada judicialmente. Dessa decisão apelou o Ministério Público. Nesse caso, a apelação do Ministério Público
- (A) somente poderá ser conhecida se for interposta na forma adesiva ao recurso interposto pelo segurado, por meio de seu advogado.
- (B) não deverá ser conhecida, por falta de legitimidade recursal, porque o segurado está assistido por advogado.
- (C) não deverá ser conhecida, por falta de interesse recursal, porque houve transação livremente celebrada e homologada judicialmente.
- (D) deverá ser conhecida, porque o Ministério Público tem legitimidade e interesse recursais, ainda que o segurado esteja assistido por advogado.
- (E) somente poderá ser conhecida se o segurado, por meio de seu advogado, não recorrer.
90. O apelante deduziu, como única matéria do recurso, a inconstitucionalidade de lei federal aplicada na sentença. A Câmara julgadora, por maioria de votos, reconheceu a inconstitucionalidade da lei, embora sem declarar expressamente sua inconstitucionalidade e o recurso foi provido, em parte. Nesse caso,
- (A) a decisão da Câmara, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade da lei, é nula porque viola a cláusula de reserva de plenário.
- (B) como o único fundamento do recurso é a inconstitucionalidade de texto de lei, a Câmara tem competência para decidir desde logo o feito, sem declarar a inconstitucionalidade.
- (C) a decisão é nula porque não foi unânime.
- (D) a Câmara tem a competência e o dever de declarar expressamente a inconstitucionalidade parcial da lei aplicada na sentença.
- (E) a decisão é válida, porque se o único fundamento do recurso é a inconstitucionalidade de texto de lei, inexistindo matéria remanescente a ser decidida, a Câmara deve julgar de imediato para evitar procrastinações.
- DIREITO DO TRABALHO**
91. A garantia constitucional de proteção à relação de emprego, assegurada pelo artigo 7º, I da Constituição da República,
- (A) foi introduzida e permanece no ordenamento nacional pela ratificação da Convenção 158 da OIT, em 1996.
- (B) depende da publicação de lei ordinária federal.
- (C) tem eficácia plena, apenas para os trabalhadores da iniciativa privada.
- (D) subordina-se à edição de lei complementar.
- (E) já se encontra estabelecida, definitivamente, pela instituição do sistema do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
92. A responsabilidade pela reparação dos danos decorrentes de acidente de trabalho será
- (A) objetiva para o INSS e dependente de falta grave ou dolo do empregador.
- (B) sempre objetiva, para o INSS e para o empregador.
- (C) objetiva para o empregador e subjetiva para o INSS, desde que a autarquia não tenha agido com má-fé.
- (D) objetiva para o INSS e sempre subjetiva para o empregador, mesmo na hipótese de dolo.
- (E) sempre objetiva para o INSS e objetiva para o empregador cuja atividade normalmente desenvolvida implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.
93. Nas ações civis públicas de que o Ministério Público não for autor, deverá participar
- (A) como *custos legis*.
- (B) necessariamente como *custos legis* e, a critério do promotor, como substituto do autor que abandonar a demanda.
- (C) sempre como *custos legis* e, na hipótese de abandono da causa pelo autor, como substituto deste último, por força de previsão legal, a critério do promotor.
- (D) como co-autor, sempre que convocado pelo juiz da causa.
- (E) facultativamente como *custos legis*, não implicando, sua ausência, em nulidade do processado.
94. A atuação do Ministério Público do Estado nas ações acidentárias implica em
- (A) exarar parecer acerca da legalidade ou da constitucionalidade da postulação.
- (B) assistir o trabalhador, em razão de sua hipossuficiência em face do empregador, contra quem postula indenização decorrente de dolo ou culpa grave.
- (C) acompanhar os procedimentos em que o autor beneficia-se da gratuidade da justiça, mesmo que assistido por advogado particular, na condição de co-autor.
- (D) atuar na assistência do pólo ativo, sempre que houver interesse de menores ou incapazes.
- (E) supervisionar os atos diligenciais da perícia médica e a fase de implantação do benefício, sem, no entanto, atuar nos autos.



DIREITO COMERCIAL

95. Na falência, na recuperação judicial e na recuperação extrajudicial de sociedades, os seus sócios, diretores, gerentes, administradores e conselheiros, de fato ou de direito, bem como o administrador judicial, equiparam-se ao devedor ou falido para todos os efeitos penais decorrentes desta Lei, na medida da sua culpabilidade.

Este texto, em face da Lei nº 11.101/2005, é

- (A) parcialmente verdadeira, pela não abrangência da situação exposta nas recuperações extrajudiciais de sociedades.
- (B) inteiramente verdadeira.
- (C) parcialmente verdadeira, pela não abrangência dos conselheiros de sociedades na equiparação ao devedor ou falido para efeitos penais.
- (D) parcialmente verdadeira, pela não abrangência do administrador judicial na equiparação ao devedor ou falido para efeitos penais.
- (E) inteiramente falsa, pois inexistente qualquer equiparação, para efeitos penais, no que concerne ao devedor ou falido.

96. Na falência e na recuperação judicial,

- (A) embora funcione como fiscal da lei, da decisão que conceder a recuperação judicial o Ministério Público não poderá agravar, cabendo tal recurso apenas a qualquer credor, por se tratar de interesse patrimonial.
- (B) não há legitimidade ministerial para a propositura de ação revocatória, após a falência, por se tratar de procedimento civil.
- (C) deferido o processamento da recuperação judicial, faculta-se ao juiz intimar o Ministério Público para officiar no feito.
- (D) alienado o ativo da sociedade falida, em qualquer modalidade, o Ministério Público será intimado pessoalmente, sob pena de nulidade.
- (E) na modalidade de alienação do ativo da sociedade falida por leilão, dada sua publicidade, não é necessária a intimação pessoal do Ministério Público.

97. Em relação ao empresário, é INCORRETO afirmar que

- (A) se a pessoa legalmente impedida de exercer atividade empresarial assim agir, responderá pelas obrigações contraídas.
- (B) de sua definição legal, destacam-se as noções de profissionalismo, atividade econômica organizada e produção ou circulação de bens ou serviços.
- (C) a profissão intelectual, de natureza científica ou artística pode ser considerada empresarial, se seu exercício constituir elemento de empresa.
- (D) a atividade empresarial pode ser exercida pelos que estiverem em pleno gozo da capacidade civil, não sendo impedidos legalmente.
- (E) ainda que representado ou assistido, não pode o incapaz continuar a empresa antes exercida por ele enquanto capaz, por seus pais ou pelo autor da herança.

98. Em relação a contratos mercantis, é correto afirmar que

- (A) por sua natureza, o mandato mercantil pode ser oneroso ou gratuito.
- (B) a compra e venda é mercantil quando o vendedor ou comprador são empresários, podendo uma das partes sê-lo ou não.
- (C) a alienação fiduciária em garantia tem sua abrangência restrita a bens móveis.
- (D) as empresas de faturização, ou fomento mercantil, a exemplo das instituições financeiras, devem manter sigilo sobre suas operações.
- (E) o arrendamento mercantil é a locação caracterizada pela compra compulsória do bem locado ao término da locação.

99. Quanto aos títulos de crédito, é correto afirmar:

- (A) a emissão de duplicata mercantil que não corresponda à mercadoria vendida, em quantidade ou qualidade, corresponde a ilícito civil, sem conseqüências criminais.
- (B) emitida a letra de câmbio pelo sacador, nasce de imediato a obrigação cambial de pagamento do título ao sacado.
- (C) embora não admitam aceite, as notas promissórias podem ser emitidas com vencimento a certo termo da vista, devendo o credor, nessa hipótese, apresentar o título ao visto do emitente no prazo de um ano do saque.
- (D) o credor do cheque pode responsabilizar o banco sacado pela inexistência ou insuficiência de fundos disponíveis, dada a responsabilidade objetiva do estabelecimento bancário.
- (E) a divergência nos prazos ou nos preços ajustados com o vendedor não é motivo de recusa de aceite de uma duplicata mercantil pelo comprador.

100. A sociedade empresária, como pessoa jurídica, é sujeito de direito personalizado.

Posta a premissa, é FALSA a conseqüência seguinte:

- (A) a responsabilização patrimonial, solidária e direta dos sócios, em relação aos credores, pelo eventual prejuízo causado pela sociedade.
- (B) sua titularidade negocial, ou seja, é ela quem assume um dos pólos na relação negocial.
- (C) sua titularidade processual, isto é, pode demandar e ser demandada em juízo.
- (D) sua responsabilidade patrimonial, ou seja, tem patrimônio próprio, inconfundível e incomunicável com o patrimônio individual de seus sócios.
- (E) extingue-se por um processo próprio, que compreende as fases de dissolução, liquidação e partilha de seu acervo.